

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Ivo Tonet*

Introdução

É lugar-comum afirmar que a humanidade está vivenciando, atualmente, uma crise de gravíssimas proporções. Crise que não afeta apenas algumas, mas todas as dimensões da vida social e que põe em perigo a existência da própria espécie humana. Entre estas dimensões, uma das mais importantes é certamente a relação do ser humano com a natureza.

Salta à vista que as agressões cometidas contra a natureza são cada vez mais devastadoras e qualquer um sabe que a existência humana é impossível sem uma base natural. Pode-se afirmar, também, que existe, hoje, uma consciência, embora muitas vezes apenas difusa e superficial, acerca dos problemas ecológicos. Causa espanto, preocupação e indignação verificar que a base material da vida humana está sendo destruída e que tenhamos que assistir, aparentemente impotentes, este processo.

Será isto uma fatalidade? Será possível sustar e reverter este processo?

Expressando essa preocupação, campanhas publicitárias são promovidas enfatizando a importância e a necessidade de respeitar e preservar a natureza. Eventos – locais, nacionais e internacionais – são organizados por entidades acadêmicas e por órgãos públicos para debater esses graves problemas ecológicos. De inúmeras maneiras, enfatiza-se a necessidade de tomar consciência dos problemas ecológicos e de buscar soluções para eles. De modo especial, também, acentua-se a preocupação que as empresas devem ter com um tratamento respeitoso para com a natureza.

No entanto, não obstante todas as campanhas, todos os apelos, todos os debates, todos os congressos acadêmicos e eventos políticos, o rolo compressor da devastação da natureza segue imperturbável. É preciso perguntar por que. Que forças são essas, tão poderosas e aparentemente incontroláveis que estão destruindo as próprias bases da existência humana? Todo este processo seria devido à falta de conhecimentos científicos, de tecnologia ou de recursos financeiros? Não parece que este seja o caso, pois existe um cabedal enorme de conhecimento acerca da natureza, há tecnologia suficiente e, sem dúvida, também existem muitos recursos financeiros. Descartados, então,

esses aspectos, onde estariam as causas mais importantes dos problemas ecológicos e por onde passaria a sua solução?

Duas são, de modo geral, as causas consideradas mais relevantes. A falta de uma consciência ecológica e, especialmente, a falta de vontade política. A falta de consciência faz com que tanto os indivíduos como as empresas e outros grupos sociais busquem apenas os seus interesses particulares resultando no mau uso dos recursos naturais, no desperdício e no consumismo desenfreado. A falta de vontade política impede que os que detêm o poder tomem medidas eficazes para a preservação da natureza. Deste modo, o enfrentamento dos problemas ecológicos passaria pela conscientização a seu respeito e, especialmente, pela tomada de decisões sérias e positivas por parte do poder político.

Por sua vez, a conscientização teria na educação uma ferramenta poderosa para despertar as pessoas para os problemas ecológicos e para estimular a cooperação para o seu enfrentamento. Mas, certamente, o instrumento fundamental para fazer frente a esses problemas deveria ser a ação dos Estados e também das empresas, pois são eles que detêm e os recursos mais efetivos. Não é preciso dizer que conscientização e ações políticas e econômicas não são consideradas dois campos isolados e autônomos, mas dois aspectos que deveriam agir articuladamente.

O presente artigo pretende mostrar que nem essas são as causas fundamentais dos problemas ecológicos nem este é o caminho para o seu enfrentamento. Para isso, exporei os pressupostos que embasam o modo predominante de pensar e a sua falsidade e, sem seguida os pressupostos e o caminho que me parece mais adequado para o enfrentamento dessa problemática.

1. Os pressupostos do modo dominante de pensar

Como vimos, segundo o pensamento dominante, o enfrentamento dos problemas ecológicos passa pela conscientização e por ações de indivíduos, grupos sociais e empresas, mas, especialmente, do poder político.

Quatro pressupostos principais fundamentam esse modo de pensar.

Primeiro: a sociedade é o resultado das relações que os indivíduos singulares estabelecem entre si. Isto poderia, à primeira vista, parecer óbvio e correto. No entanto, estes indivíduos são entendidos como precedendo ontologicamente a sociedade, isto é, como detentores, por sua própria natureza, daquelas qualidades que os caracterizam como humanos – a liberdade, a igualdade, a racionalidade e o egoísmo natural. Estas qualidades não são resultado das relações sociais, mas componentes essenciais, não históricos, da natureza humana. Por sua natureza, os indivíduos já são

portadores dessas qualidades. Esses indivíduos são como os átomos sociais, a parcela última, portadora de uma natureza natural, de cujas relações dependerá a forma específica da sociedade. Esta é a concepção liberal, elaborada a partir da modernidade e que continua largamente dominante até hoje.

Segundo: é a consciência que determina o ser social e não o ser social que determina a consciência. Isso se chama idealismo. Supõe-se que as ideias e os valores, bons ou maus, são criações autônomas do espírito humano. Estas ideias e estes valores, então, moldarão a realidade. Deste modo, se cada um tomar consciência de boas ideias e bons valores, isto é, no caso em tela, se se conscientizar de que é importante respeitar a natureza e preservá-la, o resultado serão relações mais harmoniosas entre os homens e a natureza. Traduzindo em miúdos: se cada um – indivíduos, grupos sociais, empresas, governos – tomar consciência da importância dessa questão e se esforçar por agir de acordo, certamente haverá uma melhoria na relação do homem com a natureza.

Terceiro: o Estado é o agente mais importante para o enfrentamento dos problemas ecológicos. Isso se chama politicismo. O politicismo consiste em pensar que o Estado é a categoria que funda a sociedade. O que significa que sem Estado seria impossível haver vida social organizada, retornando à barbárie que, supostamente, seria um caos cuja única lei seria a lei do mais forte. Supõe-se, então, que o Estado, por ser uma instituição muito poderosa, tenha a capacidade de controlar a lógica de reprodução do capital e, portanto, possa obrigar os capitalistas a tratar de maneira respeitosa a natureza. Parte – grande – dessa tarefa do Estado consistiria em elaborar e aperfeiçoar leis cada vez melhores e criar organismos para um controle e uma fiscalização eficiente. Julga-se que na medida em que exista essa “vontade política” será possível fazer frente aos problemas gerados na relação dos homens com a natureza.

Quarto: os problemas ecológicos são, essencialmente, uma questão técnica. Sendo a técnica um elemento neutro, bastaria utilizá-la corretamente. Como já existem conhecimentos científicos e máquinas suficientes, bastaria utilizar esse instrumental para que esses problemas fossem convenientemente revolvidos.

Esses quatro pressupostos se articulam. Indivíduos, conscientes, armados de conhecimentos e tecnologia, por si mesmos ou ocupando postos em empresas e em governos poderiam realizar inúmeras ações que contribuiriam para resolver os graves problemas ecológicos enfrentados pela humanidade. Como a humanidade é considerada uma espécie de “grande família”, a resolução desses problemas interessa, por igual, a toda a humanidade. Todos são considerados igualmente responsáveis e, por isso, cada um deve fazer a sua parte.

2. A falsidade desses pressupostos

Se examinarmos, de maneira despreconceituosa, o processo históricos-social a partir dos seus fundamentos veremos que aqueles pressupostos são inteiramente falsos.

Para esse exame, partimos, com Marx, de um pressuposto empiricamente verificável e não de ideias especulativas e arbitrárias como a existência de uma pretensa natureza humana não histórica. A verificação da realidade empírica nos indica que o ponto de partida são os indivíduos reais, de carne e osso. E que, para continuarem a viver, esses indivíduos precisam transformar a natureza uma vez que eles, ao contrário dos animais, não estão biologicamente preparados para obter dela os bens adequados à satisfação das suas necessidades. Precisam, pois trabalhar.

O trabalho é, assim, a categoria fundante do ser social. O trabalho, isto é, as relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à sua existência, é a atividade humana que funda o mundo social.

A análise da categoria do trabalho nos permite constatar, com Marx, que ele é constituído por dois elementos essenciais: de um lado, a prévia-ideação, ou o estabelecimento antecipado, na mente, do fim a ser atingido e a busca dos meios necessários e, de outro lado, a realidade natural. A conexão entre esses dois elementos é feita através da atividade prática.

Ao realizar este ato, portanto, o homem transforma a natureza, adequando-a ao atendimento das suas necessidades. Ao mesmo tempo, no entanto, ele transforma a si mesmo. Vale dizer, na medida em que os indivíduos criam, através deste ato, todo um conjunto de bens necessários à satisfação das suas necessidades – um patrimônio que, pela generalização, está à disposição de todos – eles também vão se apropriando destes bens e assim se constituindo como membros do gênero humano.

Isso permite afirmar que não há uma precedência ontológica do indivíduo sobre a sociedade; que ambos se constituem em determinação recíproca. O ser singular, que nasce com a potencialidade de se tornar humano, só se torna efetivamente humano ao apropriar-se daquele conjunto de elementos que perfazem o patrimônio comum. Por outro lado, como já vimos, este patrimônio comum é resultado das ações dos próprios indivíduos. Pode-se, então, afirmar que tudo o que integra o ser social é, sempre, resultado da atividade humana. Deste modo, cai por terra a afirmação de que os indivíduos são egoístas por natureza. Os seres humanos não são nem bons nem maus por natureza, pois sua própria natureza é resultado da sua atividade social.

Deste modo, a sociedade não é o conjunto das relações que indivíduos ontologicamente já constituídos como humanos estabelecem entre si. É, sim, o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem entre si no mesmo processo de se constituírem, eles mesmos, como humanos. Imaginar a existência de um indivíduo que seja humano inteiramente isolado dos outros não passa de uma

ficção. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx enfatiza que é totalmente incorreto contrapor, de modo isolado, indivíduo e sociedade, pois, mesmo quando o indivíduo se encontra sozinho, isolado de todos, ele sempre já é um ser social, não só por tudo o que ele utiliza, mas por tudo o que ele é.

Vale, porém, observar que, nesta relação entre o ser singular e o gênero, a totalidade social é o momento predominante. Exemplificando: somos nós, indivíduos singulares que, com nossas ações cotidianas, construímos a sociedade capitalista. Mas, é a sociedade capitalista que, resultando dos nossos atos, estabelece o campo dentro do qual nos configuraremos como indivíduos humanos.

A análise do ato do trabalho também nos permite apreender o modo como se articulam subjetividade e objetividade, consciência e realidade objetiva. E, a partir daí, constatar que não é a consciência que determina o ser social, mas, ao contrário, o ser social que determina a consciência. Embora o primeiro momento do ato do trabalho seja uma atividade da consciência – a prévia-ideação – esta não brota puramente da interioridade dela. Esta consciência está sempre inserida em uma determinada situação concreta e responde a determinadas necessidades concretas. Além, disso, para orientar a atividade do sujeito em direção ao objetivo pretendido, ela precisa buscar na realidade objetiva, externa, os materiais, os conhecimentos, as relações que permitem atingir aquele objetivo. Temos, pois, aqui, de um lado, uma interação dialética entre subjetividade e objetividade e, por outro lado, uma prioridade da realidade objetiva sobre a consciência. Não basta querer para atingir um determinado objetivo; não basta ter boa intenção; não basta envidar esforços. É preciso agir orientado pelas possibilidades reais determinadas pela realidade objetiva. Assim, não se trata de aceitar simplesmente as coisas como são e nem de querer impor às coisas os nossos desejos, por mais louváveis que sejam. Para atingir os fins desejados é preciso conhecer a realidade concreta e atuar de acordo com as possibilidades inscritas nela.

Exemplificando esta prioridade da realidade objetiva sobre a consciência: a invenção da roda não foi, certamente, resultado de uma brilhante ideia, concebida pela mente de algum ser humano, mas a tradução teórica de uma realidade externa. Sem dúvida, existe aí uma interação entre a objetividade e a subjetividade, mas a prioridade é da primeira. Deste modo, a consciência, ou seja, as ideias, os valores, os desejos, não são produto que brota autonomamente do interior da subjetividade, mas o resultado da prática social. Assim, não nos comportamos de modo egoísta porque temos ideias e valores egoístas, mas, ao contrário, temos ideias e valores egoístas porque determinadas relações sociais objetivas nos impõem ideias e valores egoístas. Do mesmo modo, não nos comportamos de maneira desrespeitosa para com a natureza porque temos ideias desrespeitosas em relação a ela, mas, ao contrário, temos ideias e comportamentos desrespeitosos porque determinadas relações objetivas nos levam a ter essas ideias e comportamentos. Isso mostra claramente que a prioridade não está na mudança das ideias, na conscientização, mas na

transformação das relações sociais objetivas que produzem determinadas ideias. Se essas relações não forem modificadas, elas continuarão a produzir as mesmas ideias anteriores e, deste modo não haverá uma mudança significativa da realidade social.

Isso mostra, claramente, a falsidade daquele pressuposto de que é a consciência que determina o ser social.

Afirmamos, acima, que o trabalho é a categoria que funda o ser social. É, portanto, a partir dele que se ergue todo o edifício social. É ele a matriz a partir da qual se configura a totalidade social. Todavia, o trabalho não esgota do ser social. Outras categorias, como linguagem, socialidade, educação, conhecimento, são necessárias à realização do próprio trabalho. E, além disso, na medida em que a realidade social for se tornando mais complexa, a partir de um maior desenvolvimento das forças produtivas, surgirão outros problemas que não podem ser resolvidos no âmbito exclusivo do trabalho. Surgirão, então, outras atividades sociais cuja função será o enfrentamento desses novos problemas. Deste modo, teremos a magia, a mitologia, a religião, o Direito, a política, a arte etc. Vale, porém, enfatizar: todas estas novas formas da atividade humana tem sua origem a partir do trabalho. Deste modo, o trabalho nunca deixa de ser a categoria fundante do ser social. Vale, também, enfatizar que entre o trabalho e as diversas atividades humanas não há uma relação de mão única. Há uma relação de dependência ontológica de todas as atividades em relação ao trabalho, mas há, também, uma relação de autonomia relativa destas atividades e, considerando também o trabalho, uma relação de determinação recíproca.

Essa constatação nos permite afirmar que é falso o pressuposto de que é o Estado que funda a sociedade como sociedade, isto é, como algo organizado. A categoria fundante é o trabalho. É a partir dele que se constroem as diversas formas de sociabilidade. Basta olhar o processo histórico para confirmar essa ideia. Esta afirmação é corroborada, ainda mais, por dois fatos históricos. Primeiro: durante a maior parte da existência da humanidade, cuja idade varia entre 100 e 200 mil anos, não havia Estado e, no entanto, a sociedade não era um caos, mas estava muito bem organizada. Segundo: o Estado surgiu a partir da existência da propriedade privada e das classes sociais e sua função essencial sempre foi a de gerenciar a luta de classes e os conflitos sociais, defendendo, todavia, os interesses das classes dominantes. O Estado nunca foi, não é e nunca será uma instância neutra¹.

Pode-se constatar, tranquilamente, examinando, de maneira despreconceituosa, o processo histórico real, que cada modo de produção sempre tem como seu fundamento uma determinada forma

¹ Imprescindível, aqui, a leitura do livro de F. Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Também de F. Engels, *Humanização do macaco pelo trabalho*. De Marx, importantíssimo ler *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. E, ainda, de S. Lessa e I. Tonet, *Introdução à filosofia de Marx*. E, dos mesmos autores, *Proletariado e Sujeito Revolucionário*.

de trabalho. Portanto, a matriz fundante do ser social é sempre o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza².

De modo especial, se examinarmos o Estado moderno, veremos que ele surge e se configura como um instrumento de reprodução do capital. É a lógica de reprodução do capital que exige a forma específica do Estado moderno. Por mais que esta forma mude, ao longo da história do capitalismo, o Estado sempre está, essencialmente, a serviço da reprodução do capital. Deste modo, fica claro que o Estado não pode controlar o capital, pelo contrário, é o capital que controla o Estado³.

Assim, a produção e a reprodução do capital são o solo matrizador da sociedade capitalista. Todas as outras dimensões sociais, ainda que tenham contradições, que podem ser até antagônicas com essa lógica, estão, de algum modo, subsumidas a este processo. Não há, pois, como atribuir ao Estado a tarefa de harmonizar as relações dos homens com a natureza, uma vez que quem comanda estas relações é o capital e sua lógica reprodutiva não pode ser controlada por força nenhuma⁴.

Finalmente, a análise do processo social a partir do trabalho nos permite afirmar que é falsa a afirmação de que o enfrentamento dos problemas ecológicos é uma questão técnica. Se observarmos o processo histórico, veremos que o desenvolvimento tecnológico é inseparável das relações sociais de produção. Determinadas relações sociais de produção podem ou não favorecer o desenvolvimento tecnológico. Sabe-se que, durante os modos de produção escravista e feudal, o desenvolvimento tecnológico enfrentou muitos obstáculos exatamente por causa das relações escravistas e feudais de produção. Nem escravos e nem servos tinham interesse em desenvolver amplamente as forças produtivas uma vez que muito pouco se beneficiavam com possíveis melhorias.

Por outro lado, as relações de produção capitalistas foram, pelo menos durante um grande período, um poderoso incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Do mesmo modo como, agora, são um enorme entrave a esse desenvolvimento⁵.

Isso mostra, claramente, que a técnica não é, de modo nenhum, neutra. Ela sempre é uma expressão de determinadas relações sociais. As próprias máquinas não são desenvolvidas tendo em vista as necessidades humanas, mas a produção e reprodução do capital. Há, sem dúvida, uma relação dialética entre relações sociais e tecnologia, porém o momento predominante é constituído pelas primeiras.

² Para fazer frente às críticas de determinismo e economicismo, sempre a Marx, sugiro a leitura de *O trabalho*, de G. Lukács. Trata-se de um capítulo da *Ontologia do Ser Social* deste autor.

³ A esse respeito, sugere-se a leitura do livro *Marx, Mészáros e o Estado*, de Maria Cristina S. Paniago e outras.

⁴ Ver, a esse respeito, o livro de Maria Cristina S. Paniago, *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*.

⁵ Há farta documentação a esse respeito. Sugerimos, apenas, a leitura do livro de I. Mészáros, *Produção destrutiva e Estado capitalista*.

3. A relação do homem com a natureza

Partindo dos pressupostos acima mencionados, penso que o enfrentamento dos problemas ecológicos atuais passa por quatro questões fundamentais.

Primeira: as relações que os homens estabelecem com a natureza dependem das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza. Com isso quero dizer que o foco do problema não está nas próprias relações dos homens com a natureza, mas nas relações dos homens entre si neste processo. Dependendo do tipo de relações que os homens estabelecerem entre si suas relações com a natureza terão formas diferentes. Como vimos acima, as relações que os homens estabelecem entre si ao transformar a natureza são, entre as inúmeras relações sociais, as mais fundamentais. Deste modo, a resolução dos problemas ecológicos passa, hoje, necessariamente, pela mudança da forma do trabalho.

Segunda: considerando as relações que os homens estabelecem entre si na atual forma de sociabilidade (capitalista) é impossível estabelecer uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza. A forma do trabalho, que constitui o fundamento da sociedade burguesa, é a compra e venda de força de trabalho. É a partir dela que se geram a mais-valia, o capital e todo o conjunto de categorias que perfazem a base material da sociedade burguesa. Esta forma de produzir a riqueza transforma todas as coisas, e de modo especial as pessoas, em mercadorias e põe a obtenção do lucro como objetivo fundamental. Posto em ação este ato fundante da sociedade capitalista, segue-se uma lógica férrea de autorreprodução do capital. Neste sentido, as leis do mercado, mesmo sendo históricas, são tão férreas como as leis da natureza. Elas podem ser eliminadas, porque são resultado da atividade humana, ou seja, de determinados atos humanos. Outros atos, humanos, de trabalho, poderão fundar outra forma de sociabilidade que não seja regida pelas leis do capitalismo. Contudo, enquanto estas estiverem vigentes, nenhuma força poderá obrigá-las a operar de modo a produzir tendo como objetivo principal o atendimento das necessidades humanas.

Ora, a transformação da natureza é a principal fonte de produção de mercadorias e, portanto, de acumulação de capital. Nada pode impedir que o capital transforme a natureza em mercadorias uma vez que a busca do lucro é a sua lei suprema. Além disso, é da essência do capitalismo a concorrência dos capitalistas entre si na busca do lucro.

Esta lógica perversa resulta, necessariamente, no esgotamento dos recursos naturais, na devastação indiscriminada da natureza e nas mil formas de agressão e destruição da própria vida humana. Independente de boas intenções de indivíduos, de grupos sociais, de empresas e/ou de

governos, as leis do capitalismo continuam a reger a vida humana enquanto existir esta forma de sociabilidade. É uma enorme ilusão pensar que se pode humanizar o capital, pois humanizá-lo significaria obrigar os capitalistas a produzir tendo em vista a satisfação das necessidades humanas e não o lucro.

Terceira: como consequência do que foi dito acima, o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza passa pela superação radical do modo de produção capitalista e, portanto, tem como mediação necessária uma revolução.

Infelizmente, a derrota de todas as tentativas de superação do capitalismo e de construção de uma sociedade comunista pareceram confirmar o caráter utópico da eliminação do capitalismo. Adicionalmente, durante o tempo que durou o mal chamado “socialismo real” – que de socialismo não tinha nada – suas relações com a natureza também não foram de molde a poder demonstrar a viabilidade de uma relação harmoniosa do homem com a natureza.

Desaparecendo o horizonte revolucionário e a possibilidade de superação do capitalismo, a humanização deste, através da conscientização, de ações positivas de grupos sociais, de empresas e de governos pareceu e continua a parecer o único caminho para alcançar um equilíbrio nas relações entre o homem e a natureza. Por incrível que pareça – embora seja compreensível – o que é absolutamente impossível – a humanização do capitalismo – é tido como a única possibilidade real ao passo que aquilo que é possível – embora não inevitável e nem fácil – a superação do capitalismo – é julgado impossível.

Quarta: somente em um modo de produção comunista será possível estabelecer uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

Se é verdade, como procurei demonstrar acima, que o trabalho, isto é, as relações que os homens estabelecem entre si na transformação da natureza, é o fundamento ontológico do mundo social, então o exame dessas relações é a questão mais importante. Vale dizer, as relações dos homens com a natureza dependerão das relações dos homens entre si. Se estas forem respeitadas, harmoniosas, aquelas também serão, do contrário serão de oposição e exploração.

Consequentemente, teremos que perguntar: que tipo de trabalho poderá fundar uma relação harmoniosa entre os homens e, em decorrência, uma relação também harmoniosa com a natureza? A resposta a esta pergunta já foi dada há mais de cento e cinquenta anos por um genial pensador chamado K. Marx. Segundo ele essa forma de trabalho é o trabalho associado. Em resumo, trabalho associado é uma forma de trabalho em que os homens põem em conjunto as suas forças individuais, sem nenhuma forma de exploração de uns pelos outros e, com isso, controlam de maneira livre e

consciente todo o processo de produção da riqueza material. Esta forma de trabalho implica, por sua vez, uma mudança radical no objetivo da produção. Ela permite que tudo seja produzido tendo em vista o atendimento das necessidades humanas. Saem, portanto, de cena, o valor de troca e a mercadoria, e entra em cena o valor de uso. Contudo, esta forma de trabalho deve ter, por sua própria natureza, um caráter também universal. E, além disso, pressupõe um alto desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da capacidade de produzir riqueza que possa satisfazer as necessidades materiais de todos.

O controle, livre, consciente, coletivo e universal das relações de trabalho, fundamento de uma sociedade comunista, tornando-as harmoniosas e adequadas à autoconstrução efetivamente humana, permitirá e implicará também o estabelecimento de relações harmoniosas entre o homem e a natureza.

Percebe-se, deste modo, que comunismo nada tem a ver com consumismo, com produtivismo, com uso indiscriminado dos bens da natureza. Pelo contrário, comunismo significa a possibilidade de os homens controlarem, de forma consciente, a sua relação com a natureza. No capitalismo, quem controla as relações dos homens com a natureza é a autorreprodução do capital. No comunismo, este controle retorna aos próprios sujeitos humanos.

4. Educação ambiental

O agravamento dos problemas ambientais trouxe à tona muitas preocupações. Em pouco tempo organizaram-se campanhas publicitárias, estudos, congressos, eventos promovidos por governos e propostas de enfrentamento desses problemas. Entre estas ações também está a proposta de educação ambiental. Tanto fora como dentro da escola.

Infelizmente, todas estas preocupações são marcadas pelo idealismo e/ou pelo politicismo. Ou fazem apelos moralistas à consciência dos indivíduos, dos empresários e dos detentores do poder político ou propõem que os governos tomem medidas, de caráter econômico, jurídico e político, para enfrentar esses problemas. Nem o idealismo, nem o politicismo apontam para a causa fundamental dos problemas ecológicos, ou seja, para a lógica de acumulação do capital que, ao transformar tudo em mercadoria, submete tanto as relações entre os homens quanto as relações entre os homens e a natureza aos imperativos da sua autorreprodução.

Ora, uma educação que pretenda fazer não apenas um discurso moralista e bem intencionado, mas contribuir efetivamente para um enfrentamento sério dos problemas ecológicos deve levar a uma compreensão das causas mais profundas desses problemas e da real solução deles. Isto implica a compreensão de como se autoconstrói, desde as suas origens, o ser humano, em íntima conexão com a natureza; de como a entrada em cena da propriedade privada implica uma profunda transformação nas relações entre o homem e a natureza e, de modo especial, como a lógica de reprodução do capital, ao mesmo tempo que desenvolve em escala jamais vista as forças produtivas, também agrava exponencialmente esses problemas.

Trata-se, então, de desenvolver *Atividades Educativas de caráter emancipador*, vale dizer, atividades educativas que realmente possibilitem às pessoas compreenderem as verdadeiras causas dos problemas ecológicos, os caminhos mais adequados da sua solução e lhes permitam engajar-se na luta pela superação integral do modo de produção capitalista e pela construção de um modo de produção comunista.

Conclusão

Considerando a intensidade com que se inculcam as ideias de que a solução dos problemas ecológicos depende da conscientização e/ou da vontade política, gostaria de insistir: a relação do homem com a natureza depende das relações dos homens entre si. Ora, as relações que fundam a sociedade em geral e qualquer forma de sociedade em particular são as relações de trabalho. Deste modo, a relação do homem com a natureza dependerá, fundamentalmente, das relações que os homens estabelecerem entre si no processo de transformação da natureza.

Daí porque a superação integral das relações capitalistas de trabalho, com todas as suas consequências, e a sua substituição por relações comunistas é condição *sine qua non* para estabelecer uma convivência harmoniosa entre o homem e a natureza. Sem dúvida, a conscientização e a ação são parte importante deste processo. Todavia, conscientização e ação devem se dirigir às causas mais profundas dos problemas ecológicos, do contrário nada mais farão, independente das melhores intenções, do que contribuir para a deterioração cada vez maior das relações entre o homem e a natureza.

Referências bibliográficas

- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- _____, Humanização do macaco pelo trabalho. In: ENGELS, F. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Ed., 1976.
- LESSA, S. e TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- _____, *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. São Paulo. Expressão Popular, 2010.
- _____, *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e Estado Capitalista*.
- PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. Maceió, Edufal, 2007.
- PANIAGO, M. C. S. e outras. *Marx, Mészáros e o Estado*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.
- TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. In: *Práxis Educativa*, vol 9, n. 1, 2014.